



ATA DA 12ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos quinze dias do mês de fevereiro de dois mil e dezenove, nas dependências do Teatro Municipal de Mandirituba, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Saúde, delegados e suplentes eleitos, observadores, convidados e participantes da 12ª Conferência Municipal de Saúde de Mandirituba, convocada pelo Decreto 459/2018 do Prefeito Municipal. O mestre de cerimônias, Sr. Alexander Paula da Silva, cumprimentou e agradeceu a presença de todos e convidou as seguintes autoridades para comporem a mesa: Luis Antonio Biscaia - Prefeito Municipal, Rosilene Vonsovicz Weber – Vice-Prefeita, Gizelly Aparecida Leal de Camargo - Secretária Municipal de Saúde, Marília Segala Lourenço - Presidente do Conselho Municipal de Saúde e José Carlos Dias – Chefe da Divisão de Vigilância em Saúde da 2ª Regional de Saúde. Após a execução do Hino Nacional e Hino do Município, passou-se a palavra aos componentes da mesa. O representante da 2ª Regional de Saúde, Sr. José Carlos Dias, parabenizou o município pela realização da conferência e iniciou seu pronunciamento mencionando que o tema Saúde e Democracia vem resgatar uma fala de 1986, período em que houve a redemocratização do país, sendo este um assunto muito importante para a consolidação do SUS na Constituição de 1988 e que ainda é muito relevante nos dias de hoje. Falou sobre o conceito de saúde de acordo com a Organização Mundial de Saúde, que não é somente o fato de não estar doente, mas que deve levar em conta investimentos, questões sociais, moradia, trabalho, enfim, uma série de outros fatores. Em seguida falou sobre a situação da febre amarela no país, que pode se tornar uma tragédia muito maior que as que vêm sendo veiculadas na mídia, caso a população não se conscientize da importância da vacinação. Informou que no Brasil já foram contabilizados cerca de 500 óbitos pela doença, e que no Estado do Paraná há aproximadamente 30 casos em investigação no LACEN e 4 casos já confirmados. Parabenizou a equipe da Secretaria Municipal de Saúde pela campanha de vacinação que vem sendo realizada em toda a cidade. Informou ainda que a Regional de Saúde está realizando treinamento sobre o manejo clínico da febre amarela para os profissionais de saúde de todos os municípios que integram a 2ª Regional. Na seqüência, passou-se a palavra para a presidente do Conselho Municipal de Saúde. Marília agradeceu a presença de todos e fez um agradecimento especial à Comissão Organizadora e toda equipe da Secretaria de Saúde que tanto se empenhou para a realização da 12ª Conferência. Falou sobre o significado da palavra conferência, que é o ato de conferir o que está sendo realizado, verificando o que está indo bem e o que precisa ser melhorado; é um ato democrático onde a população pode participar, tendo como objetivo primordial melhorar cada vez mais as condições de saúde da população. Em seguida declarou aberta a 12ª Conferência Municipal de Saúde. Passou-se então a palavra à Secretária Municipal de Saúde, Gizelly Leal de Camargo, a qual iniciou seu pronunciamento agradecendo a presença de todos e dizendo que gostaria de ver o teatro mais cheio, com mais representantes da população participando da Conferência, uma vez que este é um momento muito importante, onde os usuários do sistema de saúde, juntamente com os trabalhadores e gestores discutem ações com o objetivo de melhorar a saúde do município. Salientou o empenho diário de toda a equipe da Secretaria de Saúde, que trabalha incansavelmente em busca do bem mais valioso que existe, que é a vida das pessoas. Pediu que a população se integre mais às ações desenvolvidas pela prefeitura e que participe mais ativamente das conferências municipais. Encerrou sua fala desejando que a conferência seja muito produtiva. A vice-prefeita Rosilene Vonsovicz Weber iniciou sua fala agradecendo a presença de todos e cumprimentou a todos os trabalhadores de saúde do município, os quais fazem a diferença na vida dos munícipes na execução da política pública de saúde. Falou sobre a história do SUS, o qual foi criado em 1988 e é reconhecido pela Organização Mundial de Saúde como o maior sistema de saúde pública, gratuito e universal do mundo, o qual deve garantir acesso integral, universal, igualitário à população brasileira, do mais simples atendimento ambulatorial até um transplante de órgãos. Rosilente lembrou que antes de 1988 não era dessa forma, havia os que podiam pagar, outros que estavam trabalhando com carteira assinada e desse modo tinham acesso ao INAMPS, e havia aqueles que não tinham acesso a nada. Surgiram



assim as Santas Casa de Misericórdia. Perguntou aos presentes com mais de 50 anos de idade quem teve acesso a um pediatra quando criança, e falou da importância dessa evolução até os dias de hoje. Falou ainda sobre os desafios enfrentados diariamente pelos gestores, trabalhadores de saúde e usuários do SUS, desde filas intermináveis, falta de remédios, exames, falta de vagas nos hospitais. Mencionou que o recurso do SUS não é suficiente, e mesmo que todo o recurso do município fosse investido em saúde não seria suficiente para suprir toda a demanda existente. Lembrou que o SUS não é gratuito, uma vez que é custeado com o dinheiro arrecadado pelos impostos pagos por toda a população. Enfatizou a necessidade de todos procurarem sistemas que busquem a economia de recursos da saúde, através de protocolos integrados, evitando a repetição de exames solicitados por médicos diferentes. Mencionou também que apesar de toda a corrupção, ineficiência, uso político e demais desmandos, neste intervalo curto de 30 anos de existência do SUS foi implementado no Brasil o maior programa de vacinação gratuito do mundo, o maior programa de combate ao HIV do mundo, o maior programa de transplantes de órgãos do mundo, além da Estratégia de Saúde da Família, que é um dos dez maiores programas desta categoria do mundo. Falou sobre um dos maiores desafios de um sistema que deve assegurar saúde a mais de duzentos milhões de pessoas, que é o estabelecido no artigo 196 da Constituição Federal, que diz “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”, desde o nascimento da pessoa, até sua morte. Rosilene falou sobre o tema central da conferência, Democracia e Saúde, onde *demos* significa povo, e *kratos* poder, logo, a democracia é um regime de governo onde todas as importantes decisões políticas emanam do povo. Em seguida falou sobre o significado da palavra saúde, segundo a Organização Mundial de Saúde, que não é somente a ausência de doenças, mas um estado completo de bem estar físico, mental, psicológico, social, ou seja, tudo que está ao nosso redor afeta a nossa saúde, e citou que para ter boa saúde é importante ter um ambiente de trabalho tranquilo, cultivar bons relacionamentos, ter amizades, alimentação saudável, praticar exercícios físicos, sorrir, entre tantos outros fatores. Encerrou sua fala agradecendo novamente a participação de todos os presentes e fazendo votos de que o dia seja muito produtivo, e que desta conferência surjam boas propostas para serem encaminhadas para as Conferências Estadual e Nacional de Saúde. O Prefeito Luis Antonio Biscaia iniciou agradecendo a presença de todos e falou da importância de todos os secretários municipais e equipes que compõem cada secretaria, pois sem estas pessoas não seria possível gerir o município e caminhar para o futuro. Falou que a saúde é uma prioridade em seu governo, e que desde seu plano de governo na época da campanha eleitoral a saúde estava em primeiro lugar. Em seguida fez um breve histórico da evolução do SUS, ratificando a fala da vice-prefeita. Citou que na última semana uma senhora o procurou para registrar um elogio ao serviço de saúde do município, o que é muito raro, e salientou que mesmo com todo o investimento que a gestão tem feito em saúde a população continua reclamando, sendo algumas reclamações infundadas, citando o exemplo que pessoas que reclamam por ficarem esperando quinze minutos para serem atendidas no Hospital Municipal. Falou sobre a evolução dos investimentos que vem sendo feitos, tanto com a aquisição de equipamentos quanto com a ampliação da oferta de medicamentos disponíveis à população. Mencionou sobre a construção do novo Centro de Especialidades Médicas, o qual será um espaço com infra-estrutura e equipamentos adequados para proporcionar atendimento de qualidade à população. Em seguida o prefeito falou que a saúde não é somente hospital, postos de saúde, exames e remédios, mas que começa muito antes, pelo tratamento da água e esgoto, sendo que a rede coletora de esgoto está sendo ampliada pela Sanepar, e que a saúde começa também pela pavimentação, pois com ela diminui-se a quantidade de poeira, levando à redução das doenças respiratórias. Falou ainda sobre a importância da população participar ativamente das conferências e conselhos, a fim de auxiliar na elaboração das políticas públicas. Falou sobre a implementação de selo prata nas Unidades Básicas de Saúde, sendo que está sendo pleiteado o selo ouro, o que demonstra a qualidade do trabalho que vem sendo



desenvolvido. Solicitou à população se conscientize da importância de comparecer às consultas e exames agendados, dando ênfase aos serviços agendados pelo COMESP, uma vez que o município paga ao consórcio pelos serviços agendados, mesmo que o cidadão não compareça no horário agendado. O prefeito encerrou sua fala desejando que a conferência seja muito produtiva e que dela saiam propostas com o objetivo de auxiliar a gestão a melhorar a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população. Ato contínuo, o mestre de cerimônias realizou a leitura do Regimento Interno da 12ª Conferência Municipal de Saúde, o qual foi aprovado com destaque aditivo no § 2º do artigo 16 e destaque supressivo no artigo 24 do Regimento, passando tais artigos a vigorar com a seguinte redação: “Art. 16 - § 2º - Cada grupo apresentará 1 (uma) proposta para a esfera Nacional, 2 (duas) propostas para a esfera Estadual e 03 (três) propostas pertinentes à esfera municipal” e “Art. 24 - O Conselho Municipal de Saúde de Mandirituba será composto, paritariamente, por 16 (dezesesseis) membros e respectivos suplentes. Quatro (04) membros representantes da Administração Pública e/ou dos Prestadores de Serviços, nomeado pelo Poder Executivo Municipal; Quatro (04) membros representantes dos Profissionais de Saúde do município; Oito (08) membros representantes dos Usuários de Saúde do município”. Passou-se então a palavra à palestrante convidada, Sra. Giorgia Regina Luchese, Psicóloga, Apoiadora do Conselho Estadual de Secretários Municipais de Saúde do Paraná – COSEMS. Giorgia iniciou definindo democracia, que é o governo do povo ou governo da maioria, e, em seu sentido originário, é precisamente a efetiva participação dos indivíduos nos assuntos políticos. O regime político democrático tem como objetivo alçar o indivíduo da informe vida cotidiana moderna, do isolamento do qual vive, ao lugar da comunidade, ao lugar da solidariedade, onde o que é político pode ser visto e vivido por todos e que é somente a partir de uma prática política comum que as lutas sociais poderão encontrar caminhos onde as palavras de uns poderão encontrar eco na dos outros. Falou sobre a importância das conferências de saúde, as quais se constituem como espaços potentes de participação política da população em defesa da saúde como direito das pessoas e do bem estar de todos os brasileiros e devem avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação de política de saúde nos níveis correspondentes. Fez então um breve histórico sobre as Conferências Nacionais de Saúde, sendo que desde 1937 o Brasil já realizou 15 Conferências de Saúde, mas só a partir da 8ª é que se garantiu a participação efetiva da população. A 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, teve seu relatório como base para a elaboração do capítulo sobre a saúde na constituição de 1988, resultando na criação do SUS, trazendo o conceito ampliado de saúde e colocando-a como direito. Giorgia falou também sobre o conceito de saúde, que não é simplesmente ausência de doença, é um bem-estar físico, social, afetivo e que pode significar que as pessoas tenham mais alguma coisa do que simplesmente não estar doentes: que tenham direito à casa, ao trabalho, ao salário condigno, à água, à vestimenta, à educação, às informações sobre como dominar o mundo e transformá-lo. Que tenham direito ao meio ambiente que não os seja agressivo, e que, pelo contrário, permita uma vida digna e decente. Direito a um sistema político que respeite a livre opinião, a livre possibilidade de organização e autodeterminação de um povo, e que não esteja todo tempo submetido ao medo da violência, daquela violência resultante da miséria, e que resulta no roubo, no ataque. Que não esteja também submetido ao medo da violência de um governo contra o seu próprio povo, para que sejam mantidos interesses que não são do povo. Citou também o artigo 196 da Constituição Federal e questionou se esse direito está de fato garantido. Falou sobre o financiamento do SUS, o qual é feito pelas três esferas de governo, sendo que a União, que é quem fica com a maior parte dos impostos arrecadados, é o ente que menos investe em saúde e não tem cumprido seu papel no decorrer da história. Mencionou que a saúde não tem preço, mas tem custo. Citou a Emenda Constitucional 29/2000 (EC/29), a qual estabelece a aplicação mínima em Ações e Serviços Públicos de Saúde, sendo 12% para os Estados, 15% para os Municípios e a União deveria ampliar no primeiro ano em 5% o orçamento do ano anterior e a partir daí, aplicar o valor do ano anterior acrescido da variação do Produto Interno Bruto (PIB), e mencionou a Lei Complementar 141/2012, onde se esperava um critério de rateio dos gastos com saúde mais justo, com a elevação do patamar de recursos da União



para 10% das receitas correntes brutas, o que não aconteceu, e que a Emenda Constitucional EC 95, de 15/12/2016, conhecida como PEC do congelamento dos gastos públicos com saúde e educação, estabeleceu que, com o objetivo de garantir o equilíbrio das contas públicas por meio de um rígido mecanismo de controle de gastos, a partir de 2018, as despesas federais só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e a inflação a ser considerada para o cálculo dos gastos será a medida nos últimos 12 meses, até junho do ano anterior. Assim, em 2019, por exemplo, a inflação usada será a medida entre julho de 2017 e junho de 2018, ou seja, a saúde continuará a ser sub-financiada pela União nos próximos 20 anos, onerando cada vez mais os municípios, sendo que atualmente a média nacional de gastos com saúde na esfera municipal é de 23%, muito acima dos 15% previstos em Lei. Passou a falar então sobre a consolidação do SUS, através dos princípios doutrinários: Universalidade, Equidade e Integralidade e princípios organizativos: Regionalização, Hierarquização, Descentralização e Comando Único e Participação Social. Mencionou a importância de uma frase contida no documento orientador da 16ª Conferência Nacional de Saúde: “Defender o SUS significa defender ações e serviços de saúde para a totalidade da população brasileira, sendo que para mais de 75% desta população o SUS é a única possibilidade de assistência à saúde e defender conquistas que são exemplos para o mundo”. Finalizou sua fala salientando a importância de defender o SUS, lutando pela sua consolidação mediante financiamento adequado ao que um sistema universal se propõe a um modelo de saúde que expresse e atenda as necessidades da população, a luta pela qualidade e humanização dos serviços e a luta pela qualidade de vida, e dizendo que saúde é, sim, democracia. Em seguida, foi convidado o Dr. Jorge Luiz Faria Couto para ministrar sua palestra, o qual iniciou mencionando sua preocupação inicial ao ser convidado para falar sobre o tema Democracia e Saúde, uma vez que os dois temas são extremamente amplos e rendem muita discussão, e que para balizar essa conversa é necessário minimamente definir as duas coisas, o que já foi muito bem feito na apresentação da Giorgia. Fez em seguida a apresentação de um vídeo de José Saramago, que tem por objetivo demonstrar quem realmente manda no mundo. De acordo com o vídeo, os governantes pouco mandam, quem manda na verdade são os poderosos, os donos do capital, que são os bancos e as grandes multinacionais. Reiterou a fala da Giorgia sobre o financiamento da saúde, e questionou por que no Brasil, um país que é extremamente rico, tanto em recursos financeiros como recursos naturais, ainda falta dinheiro para a saúde. Apresentou um gráfico elaborado pela ONG Auditoria Cidadã da Dívida Pública, a qual promove estudos e pesquisas relacionados ao tema do endividamento público brasileiro. O gráfico demonstra que no ano de 2017 39,70% dos gastos da União foram com pagamentos de juros e amortizações da dívida pública, sendo que, no mesmo período, foram gastos apenas 4,14% do orçamento da União com Saúde e 4,10% com Educação, ficando claro que a dívida pública é o verdadeiro problema das contas públicas do país, sendo que esta dívida nunca foi auditada, e o quanto os valores investidos na área da saúde pelo Governo Federal é deficitário. Jorge concluiu sua fala dizendo que é preciso efetivar a democracia na saúde, através do fortalecimento da participação da população nas deliberações relacionadas às políticas públicas de saúde. No período da tarde, os participantes da conferência foram divididos paritariamente em três grupos, que debateram os seguintes temas: Grupo 1 - Cotas de Internação em tratamentos fora do domicílio; Grupo 2 – Investimentos; Grupo 3 - Atenção Primária. Os participantes dos grupos realizaram os debates, de acordo com seus respectivos temas, decidiram quais propostas deveriam ser encaminhadas à Plenária Final, realizando modificações em seus textos, quando necessário. Na plenária final houve ampla discussão das propostas, sendo transcritas abaixo as propostas aprovadas pela maioria simples dos Delegados, as quais servirão de base na elaboração do Plano Municipal de Saúde. **Propostas para serem implementadas na Esfera Municipal:** 1. Educação continuada e permanente para atualização e valorização da equipe multidisciplinar com gratificação igualitária; mudança do regime de contratação de médicos não concursados; auxílio combustível para os agentes comunitários e aquisição de equipamentos de



proteção individual – EPI; 2. Buscar parcerias de hospitais particulares e/ou conveniados, para consultas de especialidades médicas e de emergências; 3. Transporte sanitário adequado para a área rural (carro com tração 4X4); ambulância com transporte efetivo e pessoal capacitado. Aquisição de equipamentos para as unidades de saúde, tais como, aparelhos de eletrocardiogramas e salas de atendimento para o Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF. **Propostas para serem apresentadas na Esfera Estadual:** 1. Buscar parcerias de hospitais particulares e/ou conveniados, para consultas de especialidades médicas e de emergências (Investimentos); 2. Co-financiamento para Casas Terapêuticas e Prestadores de serviços (Investimentos). **Proposta para ser apresentada na Esfera Nacional:** 1. Descongelamento das verbas destinadas à saúde e revisão das cotas para as especialidades terapêuticas (Investimentos). Na seqüência foram eleitos os conselheiros municipais de saúde para o período 2019-2023, conforme segue:

| Representantes do Executivo | | |
|--|----------|------------------------------------|
| Gizelly Aparecida Leal de Camargo | Titular | Secretária de Saúde |
| Laodiceia Ferreira dos Santos | Suplente | Enfermeira |
| Ana Maria Mottin | Titular | Secretária de Finaças |
| Viviane de Carvalho Moro | Suplente | Auxiliar Administrativo |
| Valcir Maria de Oliveira | Titular | Secretário de Administração |
| Maria Helena de Oliveira | Suplente | Auxiliar Administrativo |
| Representantes do Prestador de Serviço | | |
| Eliane Starepravo Cordeiro | Titular | Diretora APAE |
| Giovana Starepravo | Suplente | APAE |
| Representantes dos Trabalhadores da Saúde | | |
| Mariely Taise Santos | Titular | Farmacêutica UBS |
| Zilea Marcet de Andrade | Suplente | Farmacêutica VISA |
| Tiago Freire | Titular | Enfermeiro Hospital |
| Renata Franco Claudino Ariati | Suplente | Nutricionista Hospital |
| Viviane da Conceição de Oliveira | Titular | Enfermeira UBS |
| Karin Cristina Barboza | Suplente | Enfermeira UBS |
| Cristiane Panebit Dias | Titular | Enfermeira CAPS |
| Vanessa de Oliveira Braz | Suplente | Terapeuta Ocupacional CAPS |
| Representantes dos Usuários/ Instituições | | |
| Irivan de Jesus Ferreira | Titular | Meninos de 4 Pinheiros |
| Sueli Veloso | Suplente | Meninos de 4 Pinheiros |
| Darci Schmidt Hart | Titular | Rancho dos Profetas |
| Roseli de Fatima Zanunsini | Suplente | Rancho dos Profetas |
| José Laertes do Prado | Titular | Viver Bem |
| Jose Carlos dos Santos | Suplente | Viver Bem |
| Jean Cristofer Sanche | Titular | ABAI |
| Thiago Borges | Suplente | ABAI |
| Sandra Oliveira de Assis | Titular | ODA |
| Thiago Enrique da Costa Leite | Suplente | ODA |
| Julio Carvalho | Titular | Sindicato dos Trabalhadores Rurais |
| Antonio Cesar Dias Machado | Suplente | Sindicato dos Trabalhadores Rurais |
| Irmã Helena Figueiredo | Titular | AMAI |
| Patrícia Oliveira | Suplente | AMAI |
| Anadir Terezinha Ferreira Mendes | Titular | Comitê Contra Fome |
| Eloína Sortica Ferreira | Suplente | Comitê Contra Fome |



Ato contínuo foram eleitos os delegados do Segmento dos Usuários para participar da 12ª Conferência Estadual de Saúde, sendo Irivan de Jesus Ferreira como Titular e Jean Christopher Sanches como Suplente. Em seguida foi aprovada por aclamação a alteração na frequência das Conferências Municipais de Saúde para cada quatro anos, de modo a acompanhar o calendário das Conferências Estaduais de Saúde. Nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho deu por encerrada a Conferência, e eu, Renata Franco Claudino Ariati, Relatora *Ad-hoc*, lavrei a presente ata, que segue assinada por mim, pela Presidente do Conselho Municipal de Saúde e pela Secretária Municipal de Saúde, após aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

Renata Franco Claudino Ariati
Relatora *Ad-hoc*

Marília Segala Lourenço
Presidente do Conselho
Municipal de Saúde

Gizelly Aparecida Leal de Camargo
Secretária Municipal de Saúde